RELATÓRIO ANUAL

Em 31 de Dezembro de 2018

1. INTRODUÇÃO

No final do exercício de 2018, vimos informar os nossos Fundadores sobre as atividades mais relevantes ocorridas, das quais foi sendo dado conhecimento através dos Relatórios Trimestrais, oportunamente enviados.

De acordo com o estabelecido estatutariamente a Fundação vem desenvolvendo um conjunto de ações de carácter cultural e educacional localizadas em Portugal e em África, designadamente, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, que visam valorizar e dar continuidade aos laços históricos mantidos entre Portugal e os Países Africanos, numa perspetiva de progresso e de projeção para o futuro.

Tendo em vista assegurar a continuidade da sua ação, e considerando a limitação de fundos disponíveis, a Fundação prosseguiu o desenvolvimento dos projetos próprios e apoiou pontualmente iniciativas alheias, desde que estatutariamente enquadráveis e procurando avaliar o valor intrínseco de cada um deles e sua repercussão que os mesmos exercem no quadro dos objetivos que prossegue.

Nesse contexto a Fundação prossegue uma exigente política de contenção de custos, reduzindo ao mínimo as encargos de estrutura e continuando a recorrer ao “outsourcing” para o desenvolvimento de projetos próprios.

Em conclusão, as limitações financeiras motivadas pela rentabilidade negativa da gestão dos ativos financeiros da Fundação são a principal restrição à sua atividade.

2. Assembleia de Fundadores

Em Maio de 2018, realizou-se a Assembleia Geral de Fundadores, tendo sido aprovados os Relatórios e Contas referentes aos exercícios de 2016 e 2017

Nesta Assembleia, o Banco BPI, na qualidade de Fundador Principal manifestou a opinião que uma Fundação com um capital de 10.796.709 euros não tem viabilidade num modelo de aplicação do rendimento das suas aplicações financeiras no apoio a projetos e iniciativas que lhe são colocadas, pelo que se deve fazer uma reflexão sobre a atividade futura.

Nessa perspetiva foi decidido solicitar ao Conselho de Administração que elaborasse um plano sobre o futuro da Fundação que será discutido em Assembleia Geral de Fundadores.

3. Sede

Em relação ao Centro de Documentação e Informação, terminaram os trabalhos de recolha do acervo bibliográfico oferecido pelo Fundador Principal o Banco BPI, S.A., prosseguindo a recolha e tratamento de outros espólios oferecidos à Fundação Portugal – África.

Relativamente ao Auditório, realizou-se em Abril um Encontro promovido pelo Pelouro da Cultura do Município do Porto inserido no ciclo *Um Objeto e Seus Discursos por Semana*, e que consiste num projeto de conhecimento da cidade através das suas instituições e dos seus objetos.

Semanalmente e em locais distintos e tendo por protagonista um objeto, dois convidados e um moderador ajudam o público a descobrir as múltiplas leituras que esse objeto esconde, tornando-o assim mais acessível e informado, procurando trazer novos olhares ao espaço que o acolhe e, sequentemente, o espaço maior que nos acolhe: a cidade. Uma espécie de mapa-agenda feito de objetos e arquiteturas que tornam o Porto, nas palavras de Paulo Cunha e Silva, criador do projeto, uma cidade mais inteligível e apetecível, uma cidade mais bela.

O Encontro na Sede, em torno do NKISI – Figura de Poder, foi moderado pela Dr.ª Maria Celeste Hagatong, Presidente do Conselho de Administração da Fundação Portugal – África e fizeram parte do painel a Dr.ª Rita Gaspar do Museu de História Natural da Universidade do Porto que tem uma das mais representativas coleções de arte africana e que voltará estar exposta após a reabertura do Museu, que ainda não aconteceu, e Sandra Gradim, formada e formadora em Magia.

Ainda em relação ao Auditório, continuou a sua utilização pelo nosso Fundador Principal, o Banco BPI, S.A., para realização de ações de formação dos seus Quadros.

4. Actividade desenvolvida

4.1. - Considerações gerais

Em 2018, a atividade da Fundação centrou-se na prossecução do desenvolvimento dos projetos próprios, procurando-se, dentro das limitações financeiras existentes, apoiar alguns projetos de terceiros, desde que estatutariamente enquadráveis e de interesse reconhecido para a cooperação com África.

4.2 - Projetos em curso da iniciativa da Fundação

a) Projeto "Memórias de África e do Oriente"

Desde o início deste projeto foram despendidos 1.422 mil euros, tendo a Fundação Portugal – África participado com 1.174 mil euros, o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua com 198 mil euros e o PRAXIS XXI com 50 mil euros.

Em 2018 e até à suspensão da execução do projeto foram utilizados 15 mil euros.

Face à posição tomada na última Assembleia Geral de Fundadores relativa à necessidade de ser elaborada uma proposta de estratégia para definição da atividade futura da Fundação Portugal – África, foi decidido suspender a execução deste projeto.

b) Escolas Profissionais de Moçambique

Desde o início deste projeto foram despendidos 3.426 mil euros, tendo o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua participado com 1.763 mil euros, a Fundação Portugal – África com 1.552 mil euros e Fundação Calouste Gulbenkian com 111 mil euros.

Em 2018 foram despendidos 149 mil euros, tendo o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua participado com 142 mil euros e a Fundação Portugal – África com 7 mil euros

Relativamente ao Cluster da Cooperação Portuguesa da Ilha de Moçambique, foi totalmente financiado pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, assumindo-se a Fundação Portugal – África como entidade gestora, com a cedência do Consultor Eng.º José Mingocho de Abreu.

No âmbito do apoio da Fundação Portugal – África ao ensino técnico moçambicano que vem sendo assumido desde 1996, o ano de 2018 coincide com o fecho de Plano Estratégico de Cooperação (PEC) - 2015/2018. Daremos uma visão global do que foi feito neste período temporal.

Este programa surge por solicitação expressa do Governo de Moçambique à Fundação Portugal – África que designou o Professor Doutor Joaquim de Azevedo para a sua coordenação técnica, científica e pedagógica, tendo em 2001 sido iniciada a operacionalização do programa, agora designado por **"programa-âncora",** cabendo à Fundação Portugal – África o papel de entidade gestora e cofinanciadora.

Em 2014 a Fundação Portugal África foi convidada pelo Instituto Camões para **"Entidade Gestora"** da componente 2 do Cluster da Cooperação Portuguesa

na Ilha de Moçambique - *Upgrade Educativo e Formativo da Escola Profissional da Ilha de Moçambique* - que é um programa autónomo mas complementar ao programa-âncora na sua filosofia educativa.

1. **Programa-âncora – Escolas Profissionais**

Em 2015 (ano de início do PEC 2015/2018) o Ensino Técnico Profissional passou a ser tutelado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional (MCTESTP) o que originou mudanças com consequências no funcionamento do subsistema.

As mudanças mais sentidas foram: a desativação das Escolas Profissionais de Moçambique que poderiam passar a Institutos Médios, para a tutela do Ministério do Trabalho, ou integrar-se na rede de escolas secundárias e a exigência do grau de licenciatura como requisito mínimo para a docência em escolas técnicas moçambicanas.

Neste contexto, muitas das ações que haviam sido programas para o PEC 2015/2018 deixaram de ser pertinentes e/ou úteis.

De realçar que o esforço feito na concessão de bolsas de estudo a estudantes moçambicanos para os preparar para a docência em escolas técnicas moçambicanas (ciclos de 2014/2017 e 2015/2018) deixou de ter interesse para o MCTESTP.

As alterações verificadas tiveram como consequência a dificuldade transitória de empregabilidade dos alunos bolseiros, o que levou alguns deles a permanecerem em Portugal.

Contudo, não deixaram de se realizar algumas iniciativas, como cursos de formação para agentes educativos Moçambicanos membros das Equipas Locais de Implementação e Desenvolvimento das Escolas Profissionais, a realização do ENDET (Encontro Nacional dos Diretores de Escolas Técnicas), a aquisição e doação de 5 bancadas móveis de ciências às Escolas de S. Francisco de Assis, Inharrime, Mabote, Ilha de Moçambique, Songo e Chimoio, em paralelo com a formação de 18 professores/utilizadores das referidas bancadas móveis, a

geminação das escolas moçambicanas de S. Franscisco de Assis e de Marera (Chimoio) respetivamente, com as escolas profissionais portuguesas de CIOR e Marco de Canaveses e a assinatura dos Memorandos de Entendimentos das escolas geminadas.

2. **Upgrade Educativo e Formativo da Escola Profissional da Ilha de Moçambiqu**e **(EPIM)**

Este programa integra a componente 2 do Cluster da Cooperação Portuguesa da Ilha de Moçambique, assumindo-se a Fundação Portugal – África como entidade gestora.

Foi elaborado pela Fundação Portugal – África um plano de programa de intervenção para o período 2015/2018 que foi aceite.

Após assinatura do Protocolo, iniciaram-se as ações previstas no Plano de Intervenção, nomeadamente a Geminação entre a EPIM (atual IMPIM) e a Escola Profissional Portuguesa "Amar Terra Verde" e os cursos **de** formação de formadores em "Restauro de Património Edificado, na área da "Contabilidade" e na área de Mesa e Bar (M&B).

Foram ainda elaborados o Plano Curricular do curso de Operário Polivalente, o Plano Curricular do Curso de Operário Polivalente de Manutenção e realizado o Estágio em Restauro do Património Edificado

Foi também feita a aquisição de material didático, nomeadamente computadores, impressoras, mesas duplas para os computadores, cadeiras e vário material de proteção na área da higiene e segurança no trabalho, bem como diverso material desportivo.

c) <u>Boletim Observatório sobre África</u>

Prosseguiu a publicação regular deste Boletim, que tem como principal objetivo fornecer informação sobre a atualidade africana a todos interessados, no domínio político, económico, social e cultural.

Em paralelo, a sua inserção no Portal da Fundação Portugal – África, no endereço: www.fportugalafrica.pt, tem permitido uma melhor divulgação da publicação. Estão disponíveis os boletins publicados desde 2008.

Também, em consequência da posição tomada na última Assembleia Geral de Fundadores relativa à necessidade de ser elaborada uma proposta de estratégia para definição da atividade futura da Fundação Portugal – África, foi decidido suspender a execução deste projeto a partir de Janeiro de 2019.

Desde o início deste projeto foram despendidos 263 mil euros, totalmente financiados pela Fundação Portugal – África.
Em 2018 e até à suspensão da execução do projeto foram utilizados cerca de 8 mil euros.

4.3- Outros projetos realizados

Foram ainda apoiadas as iniciativas de terceiros, que se enumeram:

4.3.1) Mundo a Sorrir – projetos para 2018 – Guiné – Bissau e S. Tomé e Príncipe – foi concedido um apoio até 1.500,00 € para cobertura da atividade a executar, cabendo à proponente decidir sobre a sua aplicação.

4.3.2) Programa de prevenção de ITS´s / VIH Sida - a título excecional foi aprovado para o ano de 2018, a concessão de um donativo mensal de 400,00 € à Associação Bué Fixe. Foi ainda decidido que a partir de 2019 qualquer apoio a conceder será sempre condicionado à aprovação de propostas de atividade que possam vir a ser apresentadas.

4.3.3) GAS'África – Grupo de Acção Social em África e Portugal, da Universidade Católica Portuguesa – estudantes universitários portugueses que, em regime de voluntariado, exercem ação social junto de populações carenciadas de África e Portugal, e que em 2018 pretendem continuar a sua intervenção em países africanos de língua oficial portuguesa, no âmbito das suas atividades. Considerando o mérito desta iniciativa de carácter solidário, foi concedido um apoio financeiro até € 1.000,00.

4.3.4) Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa – foi aprovada a concessão de um apoio financeiro até 1.000,00 € para cobertura de despesas com a realização do XV Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa.

4.3.5) Escola de Verão de Física – organizada pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto – Departamento de Física e Astronomia e tem como objetivo proporcionar aos jovens estudantes do ensino secundário (10.º e 11.º anos), com elevado mérito académico, uma vivência muito próxima da investigação científica moderna. A exemplo do que vem acontecendo desde 2007, decidiram abrir a oportunidade de frequência a alunos dos PALOP. Foi aprovada a concessão de um apoio financeiro até 1.000,00 € para cobertura de despesas com a sua realização.

4.3.6) Associação Cadeia de Solidariedade – conforme compromisso assumido no âmbito da participação da Fundação Belmiro de Azevedo no capital fundacional da Fundação Portugal – África, foi transferido o valor de 16.000,00 €, a favor da Associação Cadeia de Solidariedade, entidade que coordena o projeto Cireneus. Este apoio destina-se a um projeto de desenvolvimento da Escola Profissional Meu Futuro em Moçambique.

4.3.7) Conferências de Lisboa – no cumprimento dos compromissos anteriormente assumidos, foi aprovada a concessão de um apoio financeiro no valor de 5.000,00 €, tendo sido decidido denunciar o Protocolo que regulamentava esta iniciativa, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2019.

5. A Fundação continuou a colaborar e a acompanhar a atividade de várias instituições em que participa:

a) Observadores Consultivos da CPLP – na qualidade de observador consultivo da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, a Fundação Portugal-África continua a acompanhar a atividade daquele órgão da CPLP, tendo sido convidada para participar na Cerimónia de abertura do ano da CPLP para a Juventude.

b) Centro Português de Fundações – como membro do Centro Português de Fundações, a Fundação Portugal-África tem estado representada nas

iniciativas que vão sendo promovidas, nomeadamente nas Assembleias Gerais Ordinárias convocadas para a aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2018 e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2019.

6. Evolução Económica e financeira

As demonstrações financeiras da Fundação relativas ao exercício de 2018 e as notas correspondentes são apresentadas em seção separada.

Entre os valores inscritos nas Demonstrações Financeiras, merecem destaque os seguintes:

- O Ativo Total Líquido da Fundação, no final do exercício de 2018 é de 10.228.533 Euros, tendo registado uma redução face ao exercício anterior (10.861.219 Euros em 31 de dezembro de 2017).
- O valor dos Fundos Patrimoniais, no final do exercício de 2018 ascendem a 10.211.492 Euros, tendo registado uma redução face ao exercício anterior (10.796.709 Euros em 31 de dezembro de 2017).
- O Resultado Líquido do exercício de 2018 situou-se em 551.604 Euros negativos, representado uma diminuição face ao Resultado Líquido registado no exercício anterior (Resultado líquido negativo do exercício de 2017 foi de 146.617 Euros), motivado essencialmente pelo efeito redução de justo valor dos ativos da Fundação.

<u>Aplicação do resultado liquido do exercício:</u>

Tal como referido na Nota 8 do Anexo as Demonstrações Financeiras da Fundação e de acordo com os Estatutos da Fundação, as reservas geradas, resultados transitados, e resultado líquido do exercício, não estão disponíveis para serem distribuídos. O resultado líquido negativo do exercício de 551.604 Euros será aplicado em Resultados Transitados.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício:

Não existem factos relevantes ocorridos após o termo do exercício que mereçam destaque, ou que tenham impacto sobre as demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro de 2018.

Objetivos e políticas da Fundação em matéria de gestão de riscos financeiros:

O objetivo principal da gestão de risco financeiro a apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Fundação, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Fundação decorrentes de tais riscos. A atitude da Fundação em relação aos riscos financeiros a conservadora e prudente.

Gestão do risco de crédito:

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de outros instrumentos financeiros), existem princípios que são aplicados pela Fundação nos seus investimentos. Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Fundação só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional, tendo ainda em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

Gestão de risco de Liquidez:

O objetivo da gestão de risco de liquidez a garantir que, em todos os momentos, a Fundação tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. A Fundação por forma a cumprir com este objetivo garante sempre a existência de fundos imediatamente mobilizáveis muito relevantes, que por exemplo, a 31 de Dezembro de 2018, seriam de, aproximadamente 4.231 mil Euros (valor de caixa e depósitos bancários).

Gestão de risco de preço e de mercado:

A Fundação esta exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nos ativos que detém para negociação. Note-se que, de uma forma genérica, os ativos em causa vêm o seu valor oscilar em função do seu comportamento no mercado. Contudo, a Fundação tem procurado aplicar os seus Fundos em ativos de menor risco, nomeadamente em obrigações, por forma a assegurar a manutenção e disponibilidade de fundos, para prosseguir com a sua atividade operacional.

Gestão de risco de taxa de juro:

A exposição ao risco de taxa de juro decorre essencialmente dos investimentos em Depósitos a Prazo que são constituídos na sua maioria por programas indexados a Euribor.

As demonstrações financeiras da Fundação relativas ao exercício de 2018 e as notas correspondentes são apresentadas em seção separada.

7. Atividade futura

Em 2019, a atividade da Fundação será enquadrada pela orientação estratégica que venha a ser definida em Assembleia Geral de Fundadores e também pelos novos órgãos sociais a serem eleitos para o novo mandato.

Assim, a Fundação irá manter até lá uma atividade limitada aos compromissos assumidos e em curso, reduzindo ao mínimo a sua intervenção nos projetos promovidos por entidades terceiras, e continuando uma política muito restritiva nos seus custos de funcionamento.

Finalmente manifesta-se o agradecimento aos nossos Fundadores e ao Conselho Fiscal pela disponibilidade e colaboração manifestados no acompanhamento da atividade desenvolvida, assim como ao Camões - Instituto da Cooperação e da Língua e a outras entidades públicas e privadas que apoiaram a Fundação Portugal – África no cumprimento dos objetivos que se

propôs atingir, ao Senhor Eng.º José Mingocho de Abreu, pelo seu profissionalismo e disponibilidade que sempre colocou ao serviço do projeto das Escolas Profissionais de Moçambique, contribuindo de forma inequívoca para o sucesso desta iniciativa ao longo de tantos anos.

PORTO, 8 de Abril de 2019

O Conselho de Administração

Maria Celeste Hagatong

Francisco Carvalho Guerra

Catarina Oliveira Fernandes, em representação da Fundação Belmiro de Azevedo

António Mexia, em representação de EDP - Eletricidade de Portugal, S.A

Carlos Manuel Costa Pina, em representação de Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. / Galp Energia

António Vítor Martins Monteiro, em representação do Millennium BCP, S.A.

Daniel Proença de Carvalho, em representação da Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A.

Armando Mata dos Santos, em representação da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Luís de Sousa Macedo, em representação da Portugal Telecom, S.A. / Pharol, S.A.

Rui Moreira, em
representação da Câmara Municipal do Porto

Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Balanços em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	Dezembro 2018	Dezembro 2017
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangiveis	5	561 731	630 950
Ativos intangíveis	6	275 730	349 566
Total do ativo não corrente		837 461	980 515
ATIVO CORRENTE:			
Outros créditos a receber		11 900	4 534
Ativos financeiros detidos para negociação	7	5 148 608	3 232 268
Outros ativos correntes		-	32 500
Caixa e depósitos bancários	4	4 230 565	6 611 402
Total do ativo corrente		9 391 073	9 880 704
Total do ativo		10 228 533	10 861 219
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundo Social	8	11 372 599	11 372 599
Reservas	8	1 123 306	1 123 306
Resultados transitados	8	(1 818 755)	(1 672 138)
Outras variações nos fundos patrimoniais	8	85 945	119 559
		10 763 096	10 943 326
Resultado líquido do período		(551 604)	(146 617)
Total dos fundos patrimoniais		10 211 492	10 796 709
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		9 122	23 587
Estado e outros entes públicos	9	522	772
Outras dívidas a pagar	10	7 397	40 152
Total do passivo corrente		17 041	64 510
Total do passivo		17 041	64 510
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		10 228 533	10 861 219

O anexo faz parte integrante deste balanço.

O Contabilista Certificado

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Maria Celeste Hagatong

António Vítor Martins Monteiro

Francisco Carvalho Guerra

Daniel Proença de Carvalho

António Mexia

Armando Mata dos Santos

Catarina Fernandes

Luis de Sousa Macedo

Carlos Manuel Costa Pina

Rui Moreira

Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Dezembro 2018	Dezembro 2017
Subsídios à exploração	11	145 708	123 130
Fornecimentos e serviços externos	12	(108 675)	(119 515)
Subsídios concedidos	13	(195 525)	(353 427)
Gastos com o pessoal		(10 566)	(10 635)
Aumentos / (reduções) de justo valor	7	(125 630)	331 903
Outros rendimentos	14	241 200	45 740
Outros gastos	15	(347 946)	(39 843)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(401 434)	(22 646)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5, 6	(158 055)	(148 525)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(559 489)	(171 171)
Juros e rendimentos similares obtidos	16	7 885	24 554
Resultado antes de impostos		(551 604)	(146 617)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(551 604)	(146 617)

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas.

O Contabilista Certificado

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Maria Celeste Hagatong

Francisco Carvalho Guerra

António Mexia

Catarina Fernandes

Carlos Manuel Costa Pina

António Vítor Martins Monteiro

Daniel Proença de Carvalho

Armando Mata dos Santos

Luis de Sousa Macedo

Rui Moreira

Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Subsídios ao investimento (Nota 8)	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 2018		11 372 599	1 123 306	(1 672 138)	119 559	(146 617)	10 796 709
Resultado integral do exercício	8					(551 604)	(551 604)
Aplicação de resultados	8			(146 617)		146 617	-
Reconhecimento de subsídios	8				(33 613)		(33 613)
		-	-	(146 617)	(33 613)	(404 986)	(585 217)
Posição no fim do exercício 2018		11 372 599	1 123 306	(1 818 755)	85 945	(551 604)	10 211 492

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Subsídios ao investimento (Nota 8)	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 2017		11 372 599	1 123 306	(992 388)	153 192	(679 750)	11 690 332
Resultado integral do exercício	8					(146 617)	(146 617)
Aplicação de resultados	8			(679 750)		679 750	-
Reconhecimento de subsídios	8				(33 633)		(33 633)
		-	-	(679 750)	(33 633)	533 133	(180 250)
Posição no fim do exercício 2017		11 372 599	1 123 306	(1 672 138)	119 559	(146 617)	10 796 709

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais.

O Contabilista Certificado

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Maria Celeste Hagatong

Francisco Carvalho Guerra

António Mexia

Catarina Fernandes

Carlos Manuel Costa Pina

António Vítor Martins Monteiro

Daniel Proença de Carvalho

Armando Mata dos Santos

Luis de Sousa Macedo

Rui Moreira

Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017
(Montantes expressos em euros)

		2018		2017	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:					
Pagamentos de subsidios e donativos		(24 500)		(10 500)	
Pagamentos de apoios a projetos proprios		(183 866)		(342 655)	
Recebimentos de subsidios à exploração		142 018		119 440	
Pagamentos a fornecedores		(49 151)		(81 510)	
Pagamentos ao pessoal		(6 987)		(6 692)	
Caixa gerada pelas operações			(122 486)		(321 917)
Outros recebimentos / pagamentos		(51 804)		(70 071)	
Fluxos das actividades operacionais [1]			(174 290)		(391 988)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis				-	
Ativos intangíveis		(15 000)		(28 550)	
Investimentos	7	(8 309 682)		(545 414)	
			(8 324 682)		(573 964)
Recebimentos provenientes de:					
Investimentos	7	6 019 925		797 539	
Juros e rendimentos similares		95 561		56 446	
Dividendos		2 648	6 118 134	20 423	874 408
Fluxos das actividades de investimento [2]			(2 206 548)		300 444
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Outras operações de financiamento		-	-	-	-
Pagamentos respeitantes a:					
Redução de fundos		-		-	
			-		-
Fluxos das actividades de financiamento [3]			-		-
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]			**(2 380 838)**		**(91 544)**
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	6 611 402		6 702 946	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4 230 565	(2 380 838)	6 611 402	(91 544)

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

O Contabilista Certificado

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Maria Celeste Hagatong

Francisco Carvalho Guerra

António Mexia

Catarina Fernandes

Carlos Manuel Costa Pina

António Vítor Martins Monteiro

Daniel Proença de Carvalho

Armando Mata dos Santos

Luis de Sousa Macedo

Rui Moreira

Helder Jacinto de Oliveira

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de Dezembro de 2018

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Portugal - África ("Fundação") é uma pessoa coletiva de direito privado e fins de utilidade pública, regendo-se pelos seus estatutos e, em tudo o que neles é omisso, pela legislação Portuguesa aplicável.

A Fundação foi constituída em 9 de Janeiro de 1995 e tem como finalidade contribuir para a realização e incremento de ações de carácter cultural, científico e educacional a desenvolver em Portugal e em África, designadamente junto dos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os países africanos, numa perspetiva de progresso e de projeção para o futuro. No âmbito de intervenção da Fundação incluem-se a concessão de subsídios e apoios a projetos relacionados com o fim da Fundação.

Em 22 de Setembro de 1995, a Fundação obteve do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o estatuto de ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, nos termos do disposto na Lei 19/94 de 24 de Maio. Entretanto, face ao disposto na Lei nº 66/98 de 14 de Outubro, foi feito pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), o registo da Fundação Portugal África junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, reconhecendo o seu estatuto de ONGD.

A 2 de Novembro de 2007, a Fundação foi nomeada como observador consultivo da C.P.L.P. – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e em Julho de 2009 foi admitida como membro do Centro Português de Fundações.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Fundação opera.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições do Sistema de Normalização Contabilística em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de Julho e republicado pelo decreto-lei nº98/2015 de 2 de junho, de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
Em 2012, passaram a ser igualmente aplicáveis as disposições legais previstas no Decreto-Lei nº 36-A/2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 10 de Julho acima referido, o qual inclui a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de

relato financeiro e de normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos anexos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

Dado que este novo regime face ao normativo até aqui aplicado pela Fundação ("SNC") não gera qualquer impacto contabilístico, patrimonial ou ao nível da divulgação desta entidade, a Fundação optou por manter a forma de apresentação das suas demonstrações financeiras como até aqui, dado que considera que esta é mais completa e útil para o utente das suas Demonstrações Financeiras.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Fundação operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Nomeadamente, nesta análise a Fundação teve em consideração que na última Assembleia Geral de Fundadores foi incluído um ponto de trabalho dedicado ao Futuro da Fundação Portugal-África, sendo que foi apresentada pelo representante do Fundador Banco BPI uma proposta, que mereceu a concordância de todos os presentes, de solicitar ao Conselho de Administração um plano sobre o futuro da Fundação, equacionando todos os cenários possíveis, que será posteriormente discutido em Assembleia Geral de Fundadores. Até lá a Fundação irá manter uma atividade limitada aos compromissos assumidos e em curso e reduzindo ao mínimo a sua intervenção nos projetos promovidos por entidades terceiras.

Tendo em consideração o exposto, em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Fundação dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 8

Os ativos que integram a rubrica de "Outros ativos fixos tangíveis" incluem um montante de 8.285 Euros (8.285 Euros em 31 de Dezembro de 2017) relativo a património artístico, o qual não é amortizado, por se considerar que o mesmo não se deprecia, nem perde valor.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.3 – Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis incluem essencialmente as despesas de desenvolvimento incorridas no âmbito dos projetos "Memória de África" e "Memória de África e do Oriente" e são amortizados por um período de 10 anos.

3.4 – Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

3.5 – Imposto sobre o rendimento

Por despacho conjunto A – 192/96 – XIII do Ministério dos Negócios estrangeiro e das Finanças datado de 31 de Outubro de 1996, foi reconhecida à Fundação a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativamente às categorias C, E, F e G.

3.6 – Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.7 – Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

(i) ao custo ou custo amortizado; e
(ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e
- Não sejam objeto de negociação e façam parte da carteira da Fundação.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

Outros créditos a receber

Os saldos de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de seis meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros, que incluem, por exemplo, valores de papel comercial, são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade; no entanto, dado que se tratam de instrumentos de curto prazo e a especialização do juro corrido é refletida na linha de Balanço em que estes ativos se encontram registados, o seu valor não difere substancialmente do seu justo valor.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados na rubrica "Aumento / redução de justo valor".

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação.

Os valores identificados no Balanço na rubrica de "Ativos financeiros detidos para negociação", fazem parte de uma carteira, gerida pelo Banco Português de Investimentos (Banco BPI), que tem como objetivo a captação de lucros reais, que a Fundação posteriormente irá aplicar na sua atividade de promoção e valorização dos laços históricos e de civilização entre Portugal e os países africanos, designadamente através da concessão de subsídios.

A Fundação procede à remensuração a justo valor, a cada trimestre, de todos os seus ativos e passivos financeiros a Justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 – Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. A Fundação procede à sua remensuração a justo valor a cada trimestre, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica “Ativos financeiros detidos para negociação – Derivados”. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação – Derivados”.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Os Instrumentos derivados contratados pela Fundação fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto com o objetivo de gerar lucros reais para a Fundação.

3.9 – Subsídios / donativos recebidos de terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios recebidos de terceiros, nomeadamente por comparticipação em despesas de projetos, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza de que a Fundação cumpriu com as condições de atribuição dos mesmos e de que na prática tem vindo a corresponder ao momento em que são recebidos.

Os subsídios recebidos no âmbito de apoios ao investimento associados, nomeadamente, à aquisição de ativos não correntes, são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10 – Subsídios e apoios atribuídos a terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios atribuídos a terceiros, para atividades que se enquadram no fim da Fundação, são registados como gastos na demonstração dos resultados, na rubrica de “Subsídios

concedidos" no exercício em que os mesmos são pagos, dado que é entendimento do Conselho de Administração que o momento do pagamento não difere do momento em que o gasto efetivamente é incorrido.

3.11 – Rédito

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido, na Demonstração dos resultados em Resultados Financeiros, quando se encontra estabelecido o direito da Fundação a receber o correspondente montante.

3.12 – Especialização de exercícios

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.13 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

(i) Vidas úteis e análises de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
(ii) Justo valor dos ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

3.14 – Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("*non adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 detalha-se conforme se segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Numerário	116	35
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Depósitos à Ordem	1 430 448	3 666 270
Depósitos a Prazo	2 800 000	2 945 098
	4 230 565	6 611 402

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Depósitos a Prazo era constituída por vários depósitos a prazo no Banco BPI, vencendo juros a taxas de mercado e sendo imediatamente mobilizáveis, implicando nessas situações apenas a perda do juro corrido. Importa salientar que o valor de juros registou um incremento face a igual período do ano passado devido a uma ligeira melhoria das taxas de juro ocorridas em 2018.

Os juros vencidos associados a Depósitos a Prazo encontram-se acrescidos na rubrica de Balanço "Outros créditos a receber".

O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2018						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos							
Saldo inicial	294 291	1 509 865	346	40 385	18 176	92 398	1 955 459
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	294 291	1 509 865	346	40 385	18 176	92 398	1 955 459
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	1 182 413	346	40 385	17 821	83 545	1 324 510
Amortizações do exercício	-	77 298	-	-	136	59	77 493
Transferências	-	(8 275)	-	-	-	-	(8 275)
Saldo final	-	1 251 436	346	40 385	17 957	83 605	1 393 728
Ativos líquidos	294 291	258 429	-	-	219	8 793	561 731

	2017						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos							
Saldo inicial	294 291	1 509 865	346	40 385	18 785	92 398	1 956 068
Aquisições	-	-	-	-	(609)	-	(609)
Saldo final	294 291	1 509 865	346	40 385	18 176	92 398	1 955 459
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	1 105 115	346	40 385	18 022	83 471	1 247 339
Amortizações do exercício	-	77 298	-	-	423	59	77 780
Transferências	-	-	-	-	(625)	15	(610)
Saldo final	-	1 182 413	346	40 385	17 820	83 545	1 324 509
Ativos líquidos	294 291	327 452	-	-	356	8 853	630 950

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o saldo da rubrica “Equipamento de transporte” refere-se a duas viaturas que estão a ser utilizadas em Moçambique na implementação do projeto “Escolas Profissionais”, encontrando-se já totalmente amortizadas. Durante os exercícios de 2018 e 2017 não existiram aquisições significativas ficando explicada a variação da rubrica pelas depreciações ocorridas.

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2018			
	Projetos de desenvolvimento	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Ativos				
Saldo inicial	1.345.590	4.797	811	1.351.198
Aquisições	15.000	-	-	15.000
Saldo final	1.360.590	4.797	811	1.366.198
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	996.024	4.797	811	1.001.632
Amortizações do exercício	80.561	-	-	80.561
Transferências	8.274	-	-	8.274
Saldo final	1.084.860	4.797	811	1.090.468
Ativos líquidos	275.730	-	-	275.730

	2017			
	Projetos de desenvolvimento	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Ativos				
Saldo inicial	1.297.040	4.797	811	1.302.648
Aquisições	48.550	-	-	48.550
Saldo final	1.345.590	4.797	811	1.351.198
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	925.280	4.797	811	930.888
Amortizações do exercício	70.744	-	-	70.744
Saldo final	996.024	4.797	811	1.001.632
Ativos líquidos	349.566	-	-	349.566

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os valores mais significativos em ativos intangíveis referem-se ao Projeto "Memória de África e do Oriente", que se encontra a ser amortizado em 10 anos. Durante o ano de 2018 ocorreram novos investimentos neste projeto.

O projeto consiste na ampliação e desenvolvimento de bases de dados disponíveis "On-Line", com um vasto conjunto de informação sobre vários Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e na recolha de registos bibliográficos sobre a presença de Portugal na Índia, nomeadamente em Goa.

Esta base de dados está a ser desenvolvida pelo CEsA – Centro de Estudos sobre África e pela Universidade de Aveiro. Anualmente é apresentado pelo CEsA um orçamento para as despesas estimadas com o projeto, o qual é sujeito à aprovação do Conselho de Administração da Fundação.

7 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 são detalhados conforme se segue:

	Valor carteira 2018	Valor carteira 2017
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		
Acções cotadas	92.543	298.710
Obrigações cotadas	1.734.311	1.941.617
	1.826.854	2.240.327
Outros instrumentos financeiros		
Fundos de Investimento	3.315.125	991.941
Derivados	6.629	-
	3.321.754	991.941
Total de activos financeiros detidos para negociação	5.148.608	3.232.268

Os ativos e passivos financeiros acima referidos encontram-se registados a Justo valor através de resultados, sendo os impactos da sua atualização registados, numa base trimestral, na rubrica da Demonstração dos resultados “Aumentos / (reduções) de Justo valor”.

O ano de 2018 foi marcado por uma mudança significativa ao nível do portfólio de títulos da Fundação, o que conduziu a montantes significativos de recebimentos e pagamentos de atividades de investimento durante o exercício, com compras e vendas significativas no exercício.

As participações financeiras em Ações geraram rendimentos relacionados com Dividendos distribuídos, no valor de 2.678 Euros (20.423 Euros em 31 de Dezembro de 2017) – Nota 16. A diminuição do valor dos dividendos recebidos encontra-se relacionado com as alienações ocorridas ao nível das ações em 2018.

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a carteira da Fundação apresentava a seguinte composição:

	31.12.2018			31.12.2017		
Acções cotadas	Quantidade	Ùltima Cotação	Valor do dia	Quantidade	Ùltima Cotação	Valor do dia
EDP-RENOVÁVEIS	1.960	7,78	15.239	8.000	6,97	55.736
MOTA ENGIL SGPS.SA	-	-	-	10.000	3,66	36.630
REN-SGPS	9.367	2,43	22.799	25.000	2,48	61.975
BCP	75.835	0,23	17.404	64.665	0,27	17.589
THE NAVIGATOR COMPANY	2.535	3,60	9.126	15.000	4,25	63.780
SONAECOM, SGPS, S.A.	5.758	2,47	14.222	25.000	2,52	63.000
ALPHABET INC	3	914,13	2.742	-	-	-
NETFLIXINC.STOK SPLIT	13	223,65	2.907	-	-	-
FACEBOOK INC-A	24	116,33	2.792	-	-	-
AMAZON.COM.INC	2	1.290,85	2.582	-	-	-
APPLE COMPUTER INC	20	136,45	2.729	-	-	-
			92.543			298.710

Fundos de Investimento	31.12.2018			31.12.2017		
	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia
Diversificação						
BPI UNIVERSAL	-	-	-	10.070,93	8,21	82.662
BPI ÁFRICA	-	-	-	-	-	-
RUFFER - TOTAL RETURN	-	-	-	-	-	-
Obrigações						
BPI HIGH INC CL.I	-	-	-	17.515,79	10,75	188.260
BPI- Obrigações Mundiais	13.273,54	7,30	96.886	21.639,53	7,79	168.523
JUP.GL.FDS DYNAMIC	5.257	12,58	66.127	-	-	-
DEUTSCHE FLOATING IC	1.956	83,49	163.348	-	-	-
ALLIANZ GIF-FLOAT.RA	164	1.000,17	164.267	-	-	-
CAIXA BANK GLOBAL	6.655	9,86	65.634	-	-	-
BLUEBAY-GL SOVEREIGN	243	89,87	21.868	-	-	-
SISF-EM.MKTSDEBT AB	3.279	30,10	98.707	-	-	-
Acções						
AL RCM US EQUITY IT	-	-	-	-	-	-
SISF ASIAN OPPORTUN	-	-	-	4.645,00	24,93	96.550
BPI-ÁSIA PACÍFICO	-	-	-	12.288,44	7,27	89.338
BPI EURO G. CAPITALIZAÇÃO	-	-	-	6.808,50	14,08	95.855
BPI OPPORTUNITY CL.	-	-	-	4.138,09	8,34	34.503
JUPITER EUROP GROWTH	-	-	-	-	-	-
MANDARINE VALEUR	-	-	-	-	-	-
ODEY PANEUROPEAN	-	-	-	-	-	-
ODDO AVENIR EUROPE	0,13	305.819,50	39.451	0,19	355.371,50	66.810
JUP.EURGRW	1.611	40,76	65.681	-	-	-
RAMLUX	68	399,68	27.373	-	-	-
SISF ASIAN TOT R.	61	222,98	13.517	-	-	-
MAINFIRST IDEAS F.R	500	121,87	60.974	-	-	-
GS-GLOBALCOR.EQ.PTF	1.521	19,13	29.098	-	-	-
ELEVA UCITS FD-I	52	1.128,87	58.329	-	-	-
PIONEER FDS EQ.VA	32	1.698,68	54.062	-	-	-
FUNDSMITH-I-EUR	2.417	32,12	77.633	-	-	-
IVIUMB.EUF	2.260	19,74	44.614	-	-	-
FUNDO HERMES IF-GLOB EM-F	8.141	2,65	19.449	-	-	-
FUNDO MIRAE-AS.CREAT CON	990	14,69	12.697	-	-	-
BPI AFRICA CL M EURO	2.433	8,92	21.699	-	-	-
VANG.INV.S-EUROZ.ST	339	172,55	58.551	-	-	-
VANGUS500S	892	28,07	21.860	-	-	-
VANGUARD IS-EM.MKT.STK EU	487	148,36	72.233	-	-	-
MAN GLG JAPAN CORE-I	166	183,96	30.466	-	-	-
COMGEST GROWTH PLC-I	3.320	9,01	29.915	-	-	-
Alternativos						
PICTET T.RET.AG.I	809,18	124,88	101.051	-	-	-
MERRIL.L-MW-B-EURO	595,88	136,83	81.535	-	-	-
OLD MUT GIS RET.FD	82.376,28	1,61	132.255	-	-	-
BLACKROCK-EUROP.ABSO	706,43	137,49	97.127	-	-	-
BPIGIF ALTERNATIVE	21.958,36	12,24	268.770	-	-	-
MARSHALL WACE UCITS-MW	583,35	134,29	78.340	-	-	-
PICTET TR-DIVERS ALP	886,26	105,76	93.731	-	-	-
BPI IBERIA CL.	-	-	-	30.000,00	5,65	169.440
Fundos fechados						
ETFISHAR S+P 500EURO HEDG	1.902	56,05	61.207	-	-	-
ETF-ISHARES S&P INEX FUND	362	7,67	78.827	-	-	-
ETF-ISH-S&P 500 INFORMATION	1.753	7,67	11.737	-	-	-
ISH ST.30-15 (FRA)	9.623	8,46	81.449	-	-	-
ETF-ROBO GLOBAL ROBOTICS	1.666	12,81	18.639	-	-	-
ETF-FIRST TRUST CLOUD COMI	454	47,97	19.020	-	-	-
ETF-GLOBAL X FINFECH	676	22,01	12.995	-	-	-
Tesouraria						
BNP INSTIC	916	139,29	127.553	-	-	-
BPI LIQUIDEZ	31.464	7,39	232.466	-	-	-
AMUNDI CASH COR-IC	2	233.923,70	382.699	-	-	-
Outros títulos						
IETF-ISHARES CORE MSCI JAP	655	32,50	21.288	-	-	-
			3.315.125			991.941

Obrigações cotadas	31.12.2018 Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Bruta	Valor no dia	31.12.2017 Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Bruta	Valor no dia
CP-4,17%-2019	-	0,00%	0,00%	-	100.000	106,92%	4,17%	107.761
EDP-BV-4.125%/21	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-
EDP-VB-4.875%-2020	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-
L.B.TSY-NIKK-15					100.000	0,00%	0,00%	0,01
MOTA ENGIL-6.85%	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-
PARPUB-3.75%	-	0,00%	0,00%	-	200.000	110,29%	3,75%	224.215
PORT.TEL.5.875%	-	0,00%	0,00%	-	100.000	42,02%	5,88%	46.141
PORTUCEL-5.375%	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-
REN-6.25%-2017	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-
SCH- FIN-TV-O.PERP.	-	0,00%	0,00%	-	61.000	89,29%	4,12%	54.616
SEMAPA 2006/2017	143.000	100,20%	2,98%	144.175	-	0,00%	0,00%	-
BIAL TV-2019	100.000	101,25%	3,61%	102.992	100.000	101,00%	4,18%	102.721
CIN-2014/2019	100.000	101,99%	3,35%	102.102	100.000	99,05%	3,53%	99.136
COLEP PORT.-2017	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-
EMPARK F.6.75%	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-
GRUPO PESTANA-14/20	100.000	100,00%	3,50%	101.215	100.000	101,00%	3,58%	102.196
IMPRESA SGPS-TV	-	0,00%	0,00%	-	150.000	98,54%	4,18%	148.522
MEDIA C APITAL-14-19	200.000	93,00%	3,73%	89.056	200.000	97,00%	4,30%	157.983
MOTA SA-5.5%-2019	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-
SAUDACOR-TV-2017	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-
SEMAPA 2014/2019					143.000	102,50%	3,68%	147.438
PT PORTUGAL SGPS 6.25%-2017	-	0,00%	0,00%	-	200.000	39,15%	6,25%	78.298
HOVIONE FAR 2023	100.000	100,20%	2,73%	100.883	100.000	101,75%	3,03%	102.402
MOTA E. - 3.9%% -20	-	0,00%	0,00%	-	100.000	100,50%	3,90%	102.082
NOS SGPS - 15 -2022	100.000	101,89%	1,17%	102.341	100.000	100,55%	1,80%	100.990
OTRV DEZEMB. 2022	355.000	102,85%	1,10%	365.400	355.000	103,34%	1,10%	367.117
MORGAN STANLAY-TV-10-2023	122.000	99%	3,89%	106.513	-	0,00%	0,00%	-
WELLS FARGO &COMPANY-10-2023	123.000	99%	3,76%	107.188	-	0,00%	0,00%	-
SOC.GEN-TV-2023	100.000	96%	0,13%	96.237	-	0,00%	0,00%	-
CREDIT AG-TV 2023	100.000	96%	0,28%	97.064	-	0,00%	0,00%	-
GOLDMAN SACHS	121.000	99%	0,31%	115.305	-	0,00%	0,00%	-
CGD-4.625%-2012	100.000	100,91%	5,75%	103.840				
				1.734.311				1.941.617

A decomposição da rubrica de “Aumentos / reduções de justo valor” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é conforme se segue:

	2018	2017
Ganhos de justo valor em activos financeiros:		
Ações	15 282	92 927
Obrigações	60 509	161 410
Derivados	113 006	-
Outros - UP's	15 476	95 135
Perdas de justo valor em activos financeiros:		
Ações	(19 210)	(7 235)
Obrigações	(38 060)	(8 162)
Derivados	(6 902)	-
Outros - UP's	(265 732)	(2 172)
	(125 630)	331 903

8 CAPITAL PRÓPRIO

Fundo social

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 o capital Fundacional ascende a 11.385.069 Euros, encontrando-se pendente de realizar um montante de 12.470 Euros, valor este que se encontra inscrito na rubrica de Balanço "Fundo Social"

Composição do Fundo Social

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o Fundo Social era representado pelas dotações subscritas pelos seus fundadores conforme a seguir se indicam:

	31.12.2018	31.12.2017
Banco BPI, S.A.	5.426.921	5.426.921
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	773.137	773.137
Fundação Belmiro de Azevedo	748.197	748.197
Banco Comercial Português, S.A.	748.197	748.197
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	498.798	498.798
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	498.798	498.798
Cimpor – Cimentos de Portugal, S.A.	498.798	498.798
Portugal Telecom, S.A.	498.798	498.798
Câmara Municipal do Porto	299.279	299.279
Fundo da EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal	274.339	274.339
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento	124.699	124.699
Itaúsa Portugal SGPS, S.A.	124.699	124.699
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.	99.760	99.760
Tabaqueira, S.A.	99.760	99.760
IPE – Investimentos e Participações Empresariais, S.A.	74.819	74.819
Estado Português	49.880	49.880
Partex, S.A.	49.880	49.880
Tertir, S.A.	49.880	49.880
Cabelte, S.A.	24.940	24.940
Fábricas de Moagem do Marco, S.A.	24.940	24.940
Fábrica Têxtil Riopele, S.A.	24.940	24.940
Ferbritas – Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A.	24.940	24.940
Quintas & Quintas, S.A.	24.940	24.940
RAR – Soc. Controle Holding, S.A.	24.940	24.940
Asea Brown Boveri, S.A.	24.940	24.940
Sociedade Portuguesa de Acumuladores Tudor, S.A.	24.940	24.940
Solidal, S.A.	24.940	24.940
Somague, S.A.	24.940	24.940
Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.	24.940	24.940
Associação Empresarial de Portugal	12.470	12.470
Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)	9.976	9.976
OGMA – Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, S.A.	9.976	9.976
Outros (dotações iguais ou inferiores a 5.000 Euros)	139.668	139.668
	---	---
	11.385.069	11.385.069

Fundo subscrito por realizar	(12.470)	(12.470)
	---	---
	11.372.599	11.372.599

De acordo com os seus Estatutos, a Fundação poderá ser extinta em qualquer altura por deliberação de Assembleia de Fundadores, tomada por maioria qualificada definida no artigo 17 dos seus Estatutos. Neste caso, o património existente reverterá integralmente a favor do Estado.

Resultados transitados

De acordo com os Estatutos da Fundação, as reservas geradas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, não estão disponíveis para serem distribuídos. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi aplicado integralmente em Resultados transitados.

Outras variações nos fundos patrimoniais - Subsídios ao Investimento

Em 31 de Dezembro de 2018 o saldo desta rubrica inclui o montante de 74.820 Euros (99.760 Euros em 31 de Dezembro de 2017) correspondente a um subsídio atribuído pela Comissão de Coordenação da Região Norte a título de comparticipação nas obras de construção do novo edifício sede da Fundação. Este subsídio está a ser imputado à demonstração dos resultados em 20 anos, proporcionalmente às depreciações do edifício a que está afeto.

Fazem ainda parte desta rubrica os montantes de 6.242 Euros e 4.883 Euros (12.483 Euros e 7.325 Euros em 31 de Dezembro de 2017, respetivamente), correspondentes a subsídios concedidos pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua para apoiar o projeto “Memória de África -Módulo Oriente”.

Do total dos subsídios recebidos foi imputado ao resultado do exercício o valor de 33.613 Euros (33.633 Euros em 31 de Dezembro de 2017 - Nota 14).

Desta forma, o movimento ao nível da rubrica do capital próprio da Fundação “Subsídios ao investimento” é de 33.613 Euros em 31 de Dezembro de 2018 (33.633 Euros em 31 de Dezembro de 2017) que corresponde ao efeito do reconhecimento dos subsídios registados na demonstração dos resultados do exercício.

Assembleia de Fundadores

Em maio de 2018, realizou-se a Assembleia Geral de Fundadores, tendo sido aprovados os Relatórios e Contas referentes aos exercícios de 2016 e 2017.
Nesta Assembleia, o Banco BPI, na qualidade de Fundador Principal manifestou a opinião que uma Fundação com um capital de 10.796.709 euros não tem viabilidade num modelo de aplicação do rendimento das suas aplicações financeiras no apoio a projetos e iniciativas que lhe são colocadas.
Como parte integrante do Grupo Caixa Bank, a visão que o BPI tem sobre África, é diferente da que tinha no passado, pelo que se deve fazer uma reflexão séria sobre o futuro da Fundação Portugal – África.
Nessa perspetiva foi decidido solicitar ao Conselho de Administração um plano sobre o futuro da Fundação, equacionando todos os cenários possíveis, que será posteriormente discutido em Assembleia Geral de Fundadores.

9 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de “Estado e outros entes públicos” refere-se a valores a pagar associados a Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares e contribuições para a Segurança Social, relacionados com colaboradores da Fundação.

10 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de “Outras dívidas a pagar” apresenta em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a seguinte composição:

	2018	2017
Remunerações a Liquidar	1.418	1.418
Outras contas a pagar	5.979	38.733
	7.397	40.152

O valor de “Outras contas a pagar” inclui, em 31 de Dezembro de 2018, o montante de, aproximadamente, 5.979 Euros (6.233 Euros em 2017), correspondente ao último trimestre de 2018 da comissão de gestão da carteira, debitada pelo BPI.

11 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os rendimentos reconhecidos pela Fundação em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, associados a Subsídios à exploração, são detalhados conforme se segue:

	2018	2017
Subsídio Camões - Escolas Profissionais	142.018	119.440
Outros subsídios	3.690	3.690
	145.708	123.130

O subsídio atribuído pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua em 2017 foi de 119.440 euros, valor máximo previsto, sendo pago em duas prestações, a primeira de 12.000 euros em Outubro e a segunda de 107.440 euros em Dezembro. Em 2018, o valor do incentivo foi de 142.018 euros, sendo este pago numa única prestação de 142.018 Euros. O objetivo para 2018 é o mesmo que foi referido anteriormente. Importa salientar que é realizado um acompanhamento das despesas, sendo, semestralmente, entregue o relatório ao Camões - Instituto da Cooperação e da Língua para aprovação.

Este projeto é constituído por um conjunto de atividades destinadas à consolidação e expansão do modelo curricular e pedagógico das Escolas Profissionais de Moçambique, tendo sido o protocolo com o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD – Instituto de Apoio ao Desenvolvimento) celebrado para o período de 2015 a 2018, no montante total máximo de 560.000 Euros, distribuído pelos quatro anos de vigência do mesmo.

12 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

	2018	2017
Trabalhos especializados	35.684	37.942
Comissão de gestão da carteira	19.756	24.963
Deslocações e estadas	11.077	11.590
Conservação e reparação	5.466	2.214
Comunicação	3.521	4.064
Outros Fornecimentos e serviços externos	33.172	38.742
	108.675	119.515

A rubrica "Trabalhos especializados" inclui, em 31 de Dezembro de 2018 um montante de 12.251 Euros relativos a serviços de manutenção (12.252 Euros em 2017) e 11.860 Euros de honorários para auditoria em 2018 (15.547 Euros em 2017).

A rubrica "Comissão de gestão da carteira" diz respeito, tal como anteriormente referido, ao montante debitado trimestralmente pelo Banco BPI, pela gestão da carteira de ativos financeiros da Fundação.

13 SUBSÍDIOS CONCEDIDOS E PROJECTOS FINANCIADOS

A rubrica de "Subsídios concedidos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

	2018	2017
Escolas Profissionais - Moçambique	155,602	268,148
Divulgação de ações preventivas de ITS's VIH s SIDA	4,800	33,600
Observatório de África	7,623	18,860
Cluster -Ilha de Moçambique	0	12,319
Conexão lusófona	3,000	10,000
Projeto CIRINEUS	16,000	0
Conferencias de Lisboa	5,000	0
Subsídios diversos	3,500	10,500
	195,525	353,427

Os subsídios concedidos pela Fundação durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2018 para o projeto "Escolas Profissionais de Moçambique", incluem essencialmente um montante de, aproximadamente, 85.700 Euros (142.452 Euros em 2017) para formação de formadores e 18.138 Euros (123.800 Euros em 2017) para bolsas de estudo.

Em relação aos subsídios diversos esta rubrica conta com 5.000 Euros relativos à um subsidio concedido às Conferências de Lisboa, 1.500 Euros relativo ao subsidio concedido à Associação de Médicos Dentistas e 1.000 Euros de subsidio concedido à Instituição GAS África.

14 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é conforme se segue:

	2018	2017
Subsídios ao investimento	33 613	33 633
Rendimentos e ganhos em ativos financeiros detidos para negociação		
Ações	862	7 263
Obrigações	22 470	3 106
Outros - UP's	24 031	1 739
Valorização a Justo Valor de derivados (Nota 17)	160 224	-
	241 200	45 740

O valor correspondente a “Subsídios ao investimento”, refere-se ao reconhecimento, no exercício, de parte do subsídio ao investimento recebido para a construção da sede da Fundação e de parte dos subsídios recebidos para apoiar os projetos “Memória de África” (Nota 8). Os subsídios em causa encontram-se registados na rubrica Capital Próprio “Subsídios ao Investimento”.

Os valores correspondentes a rendimentos e ganhos em ativos financeiros detidos para negociação, referem-se às mais-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os ativos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é atualizado a cada trimestre. Por isso, os rendimentos acima refletem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos ativos em causa à data da última atualização efetuada previamente à alienação.

Nas rubricas “Valorização a Justo Valor de derivados” encontra-se registado o movimento de justo valor e respetivo movimento financeiro relativo a derivados cambiais, cujo impacto em “Outros rendimentos” e “Outros gastos” totaliza, 160.224 euros e 214.427, respetivamente, no exercício findo a 31 de dezembro de 2018.

15 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é conforme se segue:

	2018	2017
Impostos	8 505	3 979
Gastos e perdas em ativos financeiros detidos para negociação		
Ações	16 106	7 096
Obrigações	41 656	-
Outros ativos financeiros - UP's	58 531	-
Valorização a Justo Valor de derivados (Nota 17)	214 427	
Outros gastos	8 720	28 768
	347 946	39 843

Os valores correspondentes a “Gastos e perdas em ativos financeiros detidos para negociação”, referem-se às menos-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os ativos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é atualizado a cada trimestre. Deste modo, os referidos gastos refletem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos ativos em causa à data da sua última atualização efetuada previamente à alienação.
Relativamente aos impostos o valor deve-se ao IVA não dedutível do normal funcionamento da atividade .

A rúbrica de “Outros gastos” em 2018 incorpora essencialmente diferenças de câmbio desfavoráveis no valor de 3.414 Euros.

16 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 são detalhados conforme se segue:

	2018	2017
Juros Obtidos		
Depósitos bancários	5.207	4.131
Dividentos recebidos (Nota 7)	2.678	20.423
	7.885	24.554

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os rendimentos provenientes de juros obtidos em obrigações foram registados em resultado operacional, juntamente com o impacto do justo valor dos instrumentos financeiros respetivos.

O valor dos depósitos bancários aumentou ligeiramente devido a uma ligeira melhoria das taxas de juro de mercado.
No exercício de 2018 as ações que geraram dividendos foram, essencialmente, as da EDP (118 Euros), REN (1.602 Euros), Sonaecom, SGPS (213 Euros), The Navigator Company (707 Euros).

17 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do Balanço não se verificaram eventos que possam ter impacto material nas Demonstrações Financeiras.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389
Bom Sucesso Trade Center
Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º
4150-146 Porto
Portugal

Tel: +(351) 225 439 200
Fax: +(351) 225 439 650
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Portugal-África (a Entidade – uma pessoa coletiva de direito privado com fins de utilidade pública – Nota Introdutória), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 10.228.533 euros e um total de fundos patrimoniais de 10.211.492 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 551.604 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação Portugal-África em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Na Assembleia Geral de Fundadores realizada a 10 de maio de 2018, conforme referido no Relatório de Gestão da Entidade (Ponto 2) e no anexo às demonstrações financeiras (Notas 3.1 e 8), foi solicitado ao Conselho de Administração que elaborasse um plano sobre o futuro da Entidade, a ser analisado na sua próxima Assembleia Geral de Fundadores, mantendo a Entidade até lá uma atividade limitada aos compromissos assumidos e em curso e reduzindo ao mínimo a sua intervenção nos projetos promovidos por entidades terceiras. Face ao exposto, a continuidade das operações da Entidade dependerá da orientação estratégica que venha a ser definida em Assembleia Geral de Fundadores e dos planos que vierem a ser aprovados nessa reunião e do sucesso da sua implementação. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

bsi. ISO/IEC 27001 Information Security Management
IS 668746

© 2019. Para informações contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações

financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 8 de abril de 2019

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Hugo Ricardo Alves Araújo, ROC

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

1. No âmbito das suas competências constantes da alínea a) do artigo 16.º dos estatutos, vem o Conselho Fiscal submeter a V.ªs. Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da Fundação Portugal África referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

2. No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do exercício, a atividade da Fundação, através dos contactos que regularmente manteve com o Conselho de Administração.

3. Efetuou as verificações julgadas oportunas e adequadas à atividade desenvolvida, acompanhou e analisou trimestralmente a evolução da situação financeira da Fundação, a concessão de subsídios e apoios a projetos relacionados com os fins estatutários.

4. O Balanço a Demonstração dos Resultados e o Anexo às Demonstrações Financeiras permitem, em sua opinião, uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados em 31 de Dezembro de 2018.

5. Tomou conhecimento do relatório de auditoria externa às Contas da Fundação Portugal África, elaborado pela empresa Deloitte & Associados SROC, S.A, no qual é emitido parecer favorável, com o qual concordam.

6. O Relatório do Conselho de Administração descreve, com o necessário detalhe, as atividades desenvolvidas pela Fundação no ano de 2018.

7. O Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo às Demonstrações Financeiras, da responsabilidade do Conselho de Administração, encontram-se elaborados de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro gerais.

8. A Fundação Portugal África decidiu continuar a adotar a forma de apresentação das demonstrações financeiras e de relato segundo as normas gerais do SNC por considerar que proporcionam uma base de informação mais detalhada e útil aos destinatários da informação financeira.

9. Não teve conhecimento de qualquer situação contrária aos estatutos e preceitos legais aplicáveis.

10. Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de

Parecer

que a Assembleia de Fundadores da Fundação Portugal África aprove:

- O Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.
- A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
- Um voto de louvor aos membros do Conselho de Administração, pela competência e dedicação, com que exerceram as suas funções.

Porto, 11 de Abril de 2019

O CONSELHO FISCAL

Presidente: Manuel João Meira Fernandes

Vogal: Maria Helena Dias Duarte

Vogal: Maria de Fátima Borges da Fonseca

FUNDAÇÃO PORTUGAL - ÁFRICA

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Que ao resultado líquido negativo apurado no exercício, no montante de € 551.603,52 (quinhentos e cinquenta e um mil seiscentos e três euros e cinquenta e dois cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados .....: € - 551.603,52

TOTAL .....: € - 551.603,52

FUNDAÇÃO PORTUGAL-ÁFRICA

ELENCO DE FUNDADORES

	(Euros)
1. Banco BPI, S.A.	5 426 922
2. Petrogal, Petróleos de Portugal, S.A.	773 137
3. Banco Comercial Português, S.A.	748 197
4. Fundação Belmiro Azevedo	748 197
5. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	498 798
6. Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A.	498 798
7. Electricidade de Portugal, S.A.	498 798
8. Portugal Telecom, S.A.	498 798
9. Câmara Municipal do Porto	299 279
10. Fundo EFTA	274 339
11. IAPMEI	124 700
12.Itausa Portugal, SGPS, S.A.	124 700
13. H. Cabora Bassa	99 760
14. Tabaqueira, S.A.	99 760
15. Inv. Particip. Empresariais, S.A. IPE	74 820
16. Estado Português	49 880
17. Partex, S.A.	49 880
18. Tertir, S.A.	49 880
19. Cabelte, S.A.	24 940
20. Fáb.Moagens do Marco, S.A.	24 940
21. Fáb. Têxtil Ropele, S.A.	24 940
22. Ferbritas-Emp.I.Comerciais,S.A.	24 940
23. Quintas & Quintas,S.A.	24 940
24. RAR-Holding, S.A.	24 940
25. Asea Brown Boveri, S.A..	24 940
26. Soc.Portug.Acum.Tudor,S.A.	24 940
27. Solidal,S.A.	24 940
28. Somague,S.A.	24 940
29. Têxtil Manuel Gonçalves,S.A.	24 940
30. Associação Emp.Portugal	12 470
31. Inst. Inv.Cient.Tropical	9 976
32. OGMA-Ofic.G.M.Aeronautico	9 976
33. Academia I.Cult. Portuguesa	4 988
34. Árvore-Coop.Activ.Artisticas	4 988
35. Associação Com. do Porto	4 988
36. Associação Ind.Portuguesa	4 988
37. Assoc.P.D.Econ.Coop.-ELO	4 988
38. Câmara C.I.Port./A.C.Lisboa	4 988
39. Câmara Municipal Lisboa	4 988
40. Com. Coord. Região Norte	4 988
41. CESO-CI-Consultores Intern.	4 988
42. Cosec-Comp-Seg.Crédito	4 988
43. Fundação Cidade Lisboa	4 988
44. Fund.Luso-Amer.p/Desenv.	4 988
45. Inst.Eng.Sist.Computadores	4 988
46. Instituto Nac. de Estatistica	4 988
47. Inst.Sup.Ciênc.Soc.Politicas	4 988
48. Inst. Sup. Economia e Gestão	4 988
49. Instituto Superior Técnico	4 988
50. Inv.Com.Tur.Portugal(ICEP)	4 988
51. Lab.Nac.Eng.Civil(LNEC)	4 988
52. PME Capital, S.A.	4 988
53. Profabril-Centro Projectos	4 988
54. Un.Cid.Cap.Luso-Am.As.(UCCLA)	4 988
55. Universidade de Aveiro	4 988
56. Universidade Católica	4 988
57. Universidade do Minho	4 988
58. Universidade Moderna	4 988
59. Universidade do Porto	4 988
60. Univ.Trás-os-Montes e Alto Douro	4 988
	11 385 069

ORGÃOS SOCIAIS
2015 / 2018

MESA DA ASSEMBLEIA DE FUNDADORES
Presidente: Banco BPI, S.A.
Vice-presidente: Associação Empresarial de Portugal
Secretário: Associação Comercial do Porto

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Dr.ª Maria Celeste Hagatong - Presidente
Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra - Vice Presidente
Dr. Helder Jacinto de Oliveira
Fundação Belmiro de Azevedo (Dr.ª Catarina Oliveira Fernandes)
Electricidade de Portugal, SA (Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia)
Galp Energia / Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. (Dr. Carlos Manuel Costa Pina)
Millenniumbcp / Banco Comercial Português (Dr. António Vítor Martins Monteiro)
Cimpor - Cimentos de Portugal, S.A. (Dr. Daniel Proença de Carvalho)
Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Dr. Armando Mata dos Santos)
Pharol, S.A. / Portugal Telecom, S.A. (Dr. Luís de Sousa Macedo)
Câmara Municipal do Porto (Dr. Rui de Carvalho Araújo Moreira)

COMISSÃO EXECUTIVA

Dr.ª Maria Celeste Hagatong - Presidente
Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra – Vice Presidente
Dr. Helder Jacinto de Oliveira
Fundação Belmiro de Azevedo (Dr.ª Catarina Oliveira Fernandes)
Câmara Municipal do Porto (Dr. Rui de Carvalho Araújo Moreira)

CONSELHO DE CURADORES
Presidente – Dr. Francisco Murteira Nabo
Prof. Doutor Pedro João Borges Graça
Eng.º António da Silva Teixeira
General Alípio Tomé Pinto
Ramon Font
Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento - FLAD
Instituto Superior de Economia e Gestão - ISEG
Associação Industrial Portuguesa
União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa
Universidade de Aveiro
Universidade do Porto
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua
Universidade de Trás os Montes e Alto Douro
Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC
Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores – INESC

CONSELHO FISCAL

Dr. Manuel João Meira Fernandes - Presidente

IAPMEI (Dr.ª Maria Helena Dias Duarte)

Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento – FLAD (Dr.ª Fátima Fonseca)